

1 - ANTECEDENTES

O consumo *per capita* de café foi declinante nas décadas de 70 e 80, para então apresentar ligeiro crescimento, alcançando em 1996, 3,3 kg/*per capita*. Concomitantemente, a participação do café no valor da produção dos principais produtos agrícolas do Estado de São Paulo se reduziu substancialmente de 16,37% na safra agrícola de 1974/75 para 3,28% em 1994/95 (OLIVETTI et al., 1996).

A deregulamentação do mercado interno a partir da extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC), em março de 1990, provocou ampla mudança nesse mercado. As torrefadoras, particularmente, iniciam processo de diferenciação do produto, oferecendo novas misturas, diferentes graus de moagem e intensidades de torra visando atender necessidades mais específicas dos consumidores, ao mesmo tempo que são implantadas inovações na área de embalagens e de distribuição, notadamente, apoiadas pelas boutiques de café.

Além disso, iniciativas conjuntas visando a expansão do setor como o Programa de Auto-Fiscalização da Associação Brasileira da Indústria do Café (Selo de Pureza); Centro de Preparação de Café, Índice de Oferta de Café para a Indústria e Feira do Café implementados pelo Sindicato da Indústria Paulista do Café; as parcerias com o Conselho das Associações de Cafeicultores do Cerrado, com o Banco do Brasil e o esforço publicitário em torno do café; apresentaram resultados bastante favoráveis.

Em agosto de 1995, o Governo do Estado de São Paulo incluiu o café torrado e moído entre os itens que compõem a Cesta Básica, conferindo assim redução tributária substancial para esse produto². Trata-se de iniciativa há muito reivindicada pelo segmento, pois a indústria de torrefação paulista vinha perdendo competitividade devido a isenções fiscais concedidas para empresas similares situadas em outros Estados. Os efeitos da denominada "Guerra Fiscal"³ é uma realidade no

segmento de torrefação e moagem de café.

1.1 - A Cafeicultura Paulista

O Estado de São Paulo possuía importante parque cafeeiro até meados dos anos 80. Após a estiagem de 1985, esse parque vem apresentando elevada taxa de erradicação, sendo substituído, preferencialmente, pela cana-de-açúcar, pelos pomares de laranja e pela seringueira. Entre 1990 e 1996, o declínio da população cafeeira paulista foi de aproximadamente 300 milhões de pés (Tabela 1). Além da idade das plantas, fatores como a ocorrência de geadas e estiagens, infestação de nematóides podem recomendar a erradicação de cafezais.

TABELA 1 - População Cafeeira e Produção, Estado de São Paulo, 1990-96
(em 1.000)

Ano	Pés novos (até 3 anos)	Pés em produção	Produção (mil sacos)
1990	52.500	602.750	5.440
1991	36.460	527.780	3.960
1992	21.645	451.660	3.107
1993	18.570	391.700	3.600
1994	13.220	354.480	3.410
1995	35.300	313.800	1.710
1996	40.020	307.130	3.190

Fonte: ANUÁRIO (1991/1997).

Em 1995 e 1996, o plantio de novos cafezais situou-se entre 35 e 40 milhões de pés no Estado (plantas com um ano até três anos de idade), elevando-se substancialmente o patamar de plantio frente aos anos de 1993 e, principalmente, 1994. Informações preliminares sobre a demanda de mudas e o surgimento de novos viveiristas, além da expansão das mudas geradas em âmbito das propriedades, anunciam fase de relativa estabilização na população cafeeira do Estado.

Aparentemente as novas tecnologias, como a do adensamento de cafezais, tem permitido rela-

²O Decreto 40.266, de 02/08/95, incluiu o café na cesta básica paulista, com a alíquota incidente declinando de 18% para 7%. Esse decreto vem sendo renovado periodicamente.

³Ver, por exemplo, NEGRI NETO (1995), para evidências e políticas fiscais estaduais.